Democracia Hackeada: *hacking*, legitimidade e opinião pública

Maísa Martorano Suarez Pardo

RESUMO: Este trabalho explora a noção de democracia hackeada e sua manifestação nas eleições brasileiras de 2018. A partir de uma breve história da expressão e da fundamentação conceitual, explora a possibilidade do *hacking* como um elemento constitutivo da política e da democracia hackeada como condição da política contemporânea. A análise é enriquecida pelo uso metodológico da história das ideias políticas. Pergunta-se: é possível haver governos legítimos em tal contexto?

PALAVRAS-CHAVE: Democracia hackeada. *Big Data*. Eleições. Engenharia social. Legitimidade.

Hacked democracy: *hacking*, legitimacy and public opinion

ABSTRACT: This paper explores the notion of democracy hacked and its manifestations in the last Brazilian elections. From a brief history of the expression and the steps to its conceptual foundation, explores the idea that hacking has become a constitutive element in politics and the hacked democracy as the condition of contemporary politics. The analysis is enriched trough a methodological use of the History of Political Ideas. We ask: Is it possible to have legitimate governs in such context?

KEYWORDS: Democracy Hacked. Big Data. Brazilian Elections. Social Engineering. Legitimacy.

Recebido: 20/08/2019

Aprtovado: 17/11/2019

Maísa Martorano Suarez Pardo

Bolsista Capes Doutorado/PROEX, pelo Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal da Paraíba.
E-mail:maisamartorano@gmail.com

1 Introdução

Neste trabalho, exploramos a noção de democracia hackeada e sua manifestação nas últimas eleições brasileiras. Nosso ponto de partida é o problema filosófico da obrigação política, que está intimamente conectado a conceitos como "legitimidade", "democracia" e "sociedade aberta" e é representado pela pergunta: por que se deve obedecer às leis? Assim, esse problema filosófico carrega uma ambivalência quer do dever à obediência, quer do dever à desobediência.[1]

Desde 2010, com a divulgação do vídeo *Collateral Murder* pelo WikiLeaks,[2] a instituição do hackerativismo de larga escala pelo Anonymous[3] e as muitas insurreições populares que prosperaram através da mídias sociais, ficou claro que o problema da obrigação política se reapresentava através de uma grave crise de legitimidade do sistema como um todo. Essa crise foi gerada como consequência da quebra das bolsas de valores em 2008 e acarretou em grande descrença, nas mais diversas instituições que compõem a própria estrutura do sistema (políticas, econômicas, acadêmicas e científicas). Naquela altura, parecia que contestadores de diversas nações demandavam uma nova e "real" democracia, na qual a participação dos cidadãos seria aprimorada e uma maior controle seria exercido sobre aspectos políticos e econômicos que os afetam em suas vidas.

---

1 O problema da obrigação política constitui a espinha dorsal da Filosofia Política, especialmente na literatura inglesa. Em termos gerais, indica um conjunto de questionamentos e investigações acerca das relações de comando e obediência, resistência, etc. É um campo de estudos preocupado com as razões da sujeição dos indivíduos à lei e ao Estado – ligado assim ao estudo da legitimidade. Ao nos perguntarmos pela razão para obedecer às leis, reorganizamos o entendimento da obediência compulsória.

2 O vídeo em questão mostra o exército estadunidense atingindo com drones diversos civis no Iraque em 2007, incluindo dois jornalistas da agência jornalística Reuters. Posteriormente, revelou-se que esse vídeo e outros milhares de documentos sigilosos das forças armadas dos EUA foram obtidos pelo então soldado Bradley Manning. Durante o primeiro período de sua prisão por traição, o soldado passou por transformação de gênero e hoje chama-se Chelsea Manning. Ela recebeu indulto do ex-Presidente Barack Obama, mas, assim como Julian Assange, fundador do WikiLeaks, encontra-se novamente presa. Cf. Collateral... (2010) e Faus (2017).

3 O coletivo hackerativista ganhou notoriedade com a operação *Avenge Assange* (vingança para Assange), parte da #OpPayback de 2010. Com ações coordenadas de ataques DDoS oriundos de todo o mundo, os ativistas tiraram do ar sites da Visa e do Mastercard, do banco PayPal, dentre muitos outros que deixaram de fazer repasse de doações ao WikiLeaks.

Aquela demanda tomou diferentes caminhos desde então. Alguns argumentaram pela descentralização do poder no interior dos Estados-Nação – como o caso da Catalunha na Espanha que, após as jornadas do 15M, entrou em processo de independência, declarando soberania do território (CATALUNHA..., 2017; RINCÓN, 2019). Outros confrontaram o sistema bancário e financeiro, ao recusarem (ao menos inicialmente) o pagamento de dívidas excessivas e injustas – como o caso do Syriza na Grécia, contra o que ficou conhecido como *Troika* – um pacote de medidas de austeridade imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, como condição do resgate econômico, durante as consequências da crise da bolha imobiliária de 2008 (QUEM..., 2015).

No Brasil, essa crise generalizada eclodiu nas jornadas de junho de 2013 e, possivelmente, essa ruptura da crença no sistema contribuiu para o *impeachment* de Dilma. Outros fatores influenciaram o processo, porém o golpe final não teria sido possível não fosse a deterioração da sua imagem perante a opinião pública. Dados apresentados pelo Nexo Jornal indicam que a aprovação de Dilma chegou a 9% e o percentual de pessoas que consideravam o governo ruim ou péssimo, a 70% em dezembro de 2015 (cf. VENTURINI, 2017). O ano de 2016 simbolizou a queda de Dilma e também do Partido dos Trabalhadores (PT), com os frequentes avanços da investigação federal Lava Jato sobre Lula. À época do *impeachment*, pesquisas indicavam que a maioria da população preferia novas eleições ao governo de Michel Temer (PESQUISA..., 2016) – o que, como já sabemos, não aconteceu. Com o PT como bode expiatório de todos os males do Brasil e a desesperança na classe política, abriram-se os portões para todo tipo de figuras inusitadas, algumas notadamente perigosas e muitas ideias preocupantes. Curiosamente, muitos dos eleitos em 2018 são figuras há muito inseridas no meio político, como é o caso do atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

Os principais eventos políticos da última década, estrangeiros e nacionais – das eleições de Dilma em 2010 e 2014, passando pelas Jornadas de Junho em 2013, pelos movimentos contra a Copa do Mundo e até mesmo pelo mais recente *impeachment*

presidencial –, tiveram em comum uma mudança substancial no cotidiano e na vida das pessoas: o surgimento dos *smartphones* e a difusão da internet e das redes sociais. A ideia de uma "democracia hackeada" tornou-se uma preocupação central na política a partir do Brexit[4] e das eleições de 2016 nos EUA, especialmente sobre o uso do *Big Data* e da espionagem para interferir na política e nos processos eleitorais dos países ditos democráticos.[5] Na investigação aqui proposta, pretendemos responder às seguintes perguntas: o *hacking* se tornou um elemento constitutivo da política? Poderia isso modificar completamente os fundamentos da obrigação e da legitimidade política? Se o *hacking* é o *modus operandi* corrente para alcançar e manter o poder, então os ritos e provisões do Estado de Direito falharam em seus propósitos?

2 Uma breve história da ideia de "democracia hackeada"

Embora apenas recentemente essa ideia tenha tomado uma posição mais central nos debates políticos, a expressão "democracia hackeada" e suas variantes podem ser rastreadas até, pelo menos, 2006. Nesse ano, o canal de televisão estadunidense HBO lançou um documentário intitulado *Hacking Democracy*. Nele, as possibilidades de fraudes nas eleições dos EUA no início dos anos 2000, quando o país passou a implementar o sistema do voto eletrônico, foram investigadas. Ficou comprovado que as urnas produzidas pela empresa Diebold podiam ser facilmente hackeadas por um agente determinado para isso e foram detectados outros tipos de fraudes, como violações do direito ao voto secreto,

4 A expressão Brexit é uma aglutinação das palavras em inglês *British* (Britânica) e *Exit* (saída), surgida no contexto do referendo de junho de 2016 que consultou a população do Reino Unido sobre a permanência do conjunto de países na União Europeia. O resultado mostrou a diferença de opiniões entre as diversas partes do reino, com países como Escócia e Irlanda favoráveis à permanência, ao passo que os ingleses votaram pela saída do bloco europeu. Depois de muitas negociações, idas e vindas e três primeiros ministros, no dia 31 de janeiro de 2020, iniciou-se o processo de desmembramento. Cf. Brexit... (2019).

5 Uma busca rápida no Google Trends é suficiente para verificar como essa expressão teve picos de interesse, a partir de 2015, e os trabalhos recentes de Martin Moore (2018a; 2018b) corroboram nosso trabalho inicial de fundamentação.

votos em papel jogados no lixo, software vulnerável instalado nas máquinas, além de fiscais eleitorais que interferiam nos resultados.[6] As semelhanças com as condições das eleições no Brasil são muitas. Notadamente, a Diebold também é responsável pela fabricação das urnas eletrônicas brasileiras, embora o software seja desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que periodicamente convida equipes para testarem a segurança do processo eleitoral (CONHEÇA..., 2014). Ainda assim, há muita polêmica envolvendo os parâmetros impostos pelo TSE para esses testes, que vão desde o pouco tempo disponível para a realização de um teste amplo, até restrições impostas aos convidados que testam apenas uma pequena parcela do código.

As suspeitas e impasses sobre a segurança ou não do voto eletrônico cresceram, a partir da reeleição da presidenta Dilma em 2014, quando o PSDB pediu que fosse realizada uma auditoria do resultado eleitoral, e especialmente a partir da retórica polêmica do agora presidente Jair Bolsonaro, mas o debate é mais antigo que isso entre especialistas da área. Podemos ver como essa discussão sobre segurança e insegurança do processo eleitoral é permanente no livro do professor Jeroen van de Graaf (2017) – como, aliás, é permanente a discussão sobre segurança da informação em qualquer outro ambiente além das urnas. O professor detalha sua participação como observador convidado pelo TSE nas sessões de avaliação do Sistema Informatizado de Eleições, no primeiro e segundo turno do pleito de 2002, e também junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE)[7] durante a preparação das urnas e das atividades do período de votação. Ressaltamos alguns pontos: a ausência de partidos como o PSDB e o PMDB no papel de observadores do processo; a suspeita de fraude licitatória em 2006 envolvendo a empresa Probank S/A e o então Secretário de Informática do TSE – que naquele mesmo ano tornara-se proprietário daquela empresa – e o relato de van de Graaf sobre um arquivamento do relatório feito pela Sociedade Brasileira da Computação da qual era membro (VAN DE GRAAF, 2017).

6 Cf. Hacking... (2006).
7 Em seu texto, van de Graff (2017) não informa a região do TRE cuja preparação ele acompanhou.

Como podemos observar na mídia nos últimos anos, a temática da fraude nas urnas tomou outras proporções também a partir do trabalho de uma equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília (ARANHA *et al.*, 2013). No relatório da equipe que participou dos testes de segurança do TSE em 2012, há relatos de vulnerabilidade encontrada e outros tipos de fraudes muito comuns. Dentre elas, destacamos a fraude do mesário, que ocorre quando este funcionário vota fazendo-se passar por eleitores ausentes (ARANHA *et al.*, 2013). Para além do que foi citado até aqui, vale a pena lembrarmos as dezenas de ocorrências de fraudes nos títulos eleitorais, encontradas quando o TSE passou a implementar o cadastro biométrico: algumas pessoas possuíam, sozinhas, centenas de títulos eleitorais.

A possibilidade de interferência no processo eleitoral não esgota a ideia de "democracia hackeada". A expressão foi usada nesses termos exatos pelo ex-vice-presidente dos EUA e candidato à presidência Al Gore, em uma entrevista a um programa do canal de televisão BBC, em 2013. Nela, Al Gore afirma que "a política estadunidense se encontra em estado de destruição" e que "precisamos reconhecer que a nossa democracia foi hackeada [...] ela foi tomada [...] e está operando para propósitos distintos daqueles para os quais foi criada" (GORE'S PROBLEM..., 2013, [s.p.]).[8] O alvo das críticas do ex-vice-presidente eram as grandes corporações, lobistas das empresas de petróleo e do mercado financeiro, que se protegiam sob doações anônimas para impor agendas e interesses distantes dos interesses públicos (WEAVER, 2013). Ironicamente, Al Gore apostava que a Internet e as redes sociais poderiam ajudar a modificar o quadro de destruição da democracia e a aperfeiçoar a participação dos cidadãos:

> Nós vemos blogueiros individuais tendo um impacto em debates políticos. Vemos verificações de informações acontecendo na internet que de fato modificam o modo como se lidam com os fatos. A televisão ainda é um meio dominante, mas particularmente com

8 Neste artigo, todas as traduções das citações originalmente escritas em língua inglesa são de nossa autoria.

> os jovens a internet está crescendo rapidamente e eu acredito que em breve justificará o otimismo segundo o qual os indivíduos empoderados por essa nova infraestrutura de comunicação poderão reivindicar seu direito de nascença como cidadãos livres e redimir a promessa da democracia representativa. (GORE'S PROBLEM..., 2013, [s.p.]).

Passados seis anos dessas declarações, esse otimismo deu lugar a outros sentimentos. Com inúmeros escândalos envolvendo o Facebook, o WhatsApp, o Google e suas empresas e produtos sob gerência da Alphabet Company (uma empresa de *holding* que representa o conglomerado de produtos Google, como o próprio buscador, o YouTube, etc.), aquela pequena faísca de esperança tornou-se um pesadelo totalitário. Apenas recentemente, casos de exploração de dados por empresas de marketing político, *cyberwarfare* e publicidade, dentre outros, deixaram essas gigantes da internet em uma situação de difícil defesa (cf. HARTMANS; MEISENZAHL, 2020; ALPHABET, [s.d.]).

Em um vazamento recente de um dos terceirizados da Google, revelou-se, inclusive, que existem indivíduos que, de fato, escutam conversas capturadas pelos assistentes de voz em diversos produtos da companhia (cf. BRODKIN, 2019; GOOGLE..., 2019; LIMA, 2019). Em 2015, a Samsung divulgou uma nota que alertava seus clientes sobre as configurações de privacidade do aparelho de suas Smart TVs (cf. SAMSUNG..., 2015). Essa era uma antiga alegação que vinha frequentemente descartada como teoria da conspiração e gerava olhares de dúvida e desprezo a quem as ousasse proferir. É importante lembrar que a Samsung utiliza como sistema operacional em seus televisores o Android desenvolvido pela Google. A Samsung afirma não vender os dados dos clientes a terceiros, o que pode até ser verdade, mas esse não é o caso da Google, cujo modelo de negócios é inteiramente baseado na venda de dados para geração de capital, através da venda de anúncios de publicidade, além do uso dos dados dos usuários para programação de algoritmos e inteligências artificiais de diversos tipos. Tudo isso advém do que vem sendo chamado de *Big Data*.

3 *Big Data*, *hacking* e engenharia social

Big Data é um termo que se refere ao acúmulo de dados, especialmente a partir dos anos 2000. Embora a coleta de dados seja uma prática antiga da Internet, da Web 2.0 e da Internet das coisas (IoT), a quantidade de dados tornou-se tão volumosa, complexa, rápida e variada que o seu processamento não era mais possível por métodos tradicionais. Nasceu, então, a Ciência dos Dados e foram desenvolvidos novos métodos computacionais e testes para organizar esses dados para os mais diversos fins: desenvolvimento de soluções nas mais diversas áreas, pesquisa de opinião, *design* de produtos, publicidade, *marketing* e estratégias políticas. Assim, a carreira de analista ou cientista de dados tornou-se uma das mais relevantes do século XXI, ao lado de outras profissões ligadas à tecnologia, como as de programador e desenvolvedor. Esses fatores indicam a guinada da humanidade para uma dependência cada vez maior da tecnologia e seus processos e podem significar também um distanciamento ainda maior entre as pessoas e as estruturas que sustentam as atividades que se tornaram corriqueiras no cotidiano.

Essa mudança nos hábitos sociais possibilitou não apenas a emergência de novas ciências e profissões, mas também de novos atores políticos (como os *hackers*) e núcleos de poder (como o Vale do Silício e outras regiões e entidades ligadas à tecnologia computacional). É importante salientarmos que há uma distância muito grande entre o que a percepção pública imagina e como a realidade de fato se apresenta quando se trata desse tema. Quando pensamos em hackers, é quase imediata a relação que fazemos com a ilegalidade e a criminalidade, mas o termo hacker é um campo de disputas há décadas, no qual procuram-se distinguir as práticas (isto é, o *hacking*) e os objetivos desses atores.

Ethical hackers, *criminal hacker*s, *hackers*, *hacktivist*, *crackers*, *carders*, *bankers*, *white hats*, *gray hats* e *black hats* são os diversos termos que surgiram, ao longo das últimas décadas, dentro da própria comunidade hacker, para diferenciar os indivíduos que a compunham de acordo com as atividades por eles desempenhadas. Já as agências de segurança governamental tentam enquadrar os diferentes tipos de hackers de acordo com os tipos de ameaças

cibernéticas, tratando-os como *cyber threats*, *cyberwarfare*, *cyber-terrorism*, *cyberattack*, etc. Assim, enquanto um coletivo de hacker-ativismo (Anonymous, por exemplo) apresenta-se como ativista político, o Departamento de Estado dos EUA e o *Federal Bureau of Investigations* (FBI) o classificam como cyberterrorista. Isso ajuda a demonstrar como muitas atividades dos hackers encontram-se numa espécie de purgatório jurídico, uma vez que ou não há regulamentação prevista para elas, ou elas desafiam regulações anteriores. Nesses casos, instauram um impasse cuja resolução não deveria ser competência apenas dos legisladores e juristas, sem um debate prévio acerca das mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos e das consequências dessas mudanças para as legislações vigentes.

De um modo geral, inicialmente, o termo hacker se referia a pessoas que trabalhavam desenvolvendo sistemas da computação e programas, estruturando a internet, etc. Nesse sentido, jamais poderíamos dispor de todos os apetrechos inteligentes, computadores e da própria internet se não fosse o trabalho dos hackers. Posteriormente, a ideia de *hacking* foi se ampliando até abarcar as chamadas gambiarras. É válido notarmos que algumas distinções e disputas dentro da comunidade hacker não são mais tão acirradas como eram nos anos 1990 e início dos anos 2000. Nessa época, havia disputas e uma tendência a impor uma definição única ao temo *hacker* como programadores e entusiastas da tecnologia, buscando manter uma distância daqueles a que se referiam como *crackers* – indivíduos especializados em quebras de códigos e invasão de sistemas, dentre outras atividades. Essas distinções não apenas são ignoradas pela população geral, como também podem não fazer sentido, na medida em que parecem impor, de partida, uma distinção moral: o *bom hacker* é apenas programador e desenvolvedor, um entusiasta do software livre, e o *cracker* é quem quebra códigos e faz testes de penetração, o *mau hacker*. Categorizar os indivíduos como se todas suas ações fossem inteiramente boas ou más não parece ser a melhor maneira de lidar com o fenômeno: um mesmo hacker pode se engajar nas mais diferentes ações. Em outras palavras, o excesso de rigidez na terminologia impõe uma limitação ao indivíduo que a atividade não suporta.

Assim, parece preferível darmos atenção aos diferentes tipos de atividades e às diferentes motivações que levam seus agentes a elas. No que concerne à definição da atividade, isto é, do *hacking*, parece necessário tomá-la no senso mais abrangente possível para, em seguida, examinar caso a caso. Para os propósitos desse texto, basta mantermos em mente que um hacker é qualquer pessoa que execute um *hacking* e que "o *hacking* pretende liberar os recursos da lógica institucional na qual estão congelados, para redistribuí-los em configurações alternativas para novos fins" (ZUBBOFF, 2015, p. 85).

Essa mesma noção está presente na fala de Al Gore quando ele afirma que a democracia estadunidense está "operando para propósitos distintos daqueles para os quais foi criada" (WEAVER, 2013, [s.p.]). De um modo geral, o termo *hacking* se refere a encontrar soluções para os problemas ou situações com que nos deparamos, com ferramentas, técnicas ou materiais que temos à disposição, e, muitas vezes, envolve a utilização de objetos ou sistemas que, em sua origem, tinham uma finalidade diversa daquela empregada através do *hacking*. Um dos principais elementos e ferramentas para um hackeamento bem sucedido é a *engenharia social*.

Uma busca no Google mostrará que o termo engenheiro social foi introduzido pelo industrial holandês Jacob C. Van Marken em 1984 – muita embora não se encontrem indicações de obra específica. Contudo, Guido Franzinetti (2011; 2016) informa que a introdução dessa ideia se deve ao economista e sociólogo Thorstein Veblen, em um artigo de 1891, enquanto Jacob Marken teria apenas proposto um uso mais elaborado do termo. Já o responsável por difundir o termo em solo americano foi o então secretário da Liga pelo Serviço Social de Nova Iorque, William Tolman. Um ponto esclarecido por Franzinetti (2011; 2016) e Östlund (2007) é a elasticidade do termo e sua rápida ascensão em debates que iam do norte da Europa aos EUA.

Em 1899, Tolman criou um jornal de divulgação sob o nome *Social Engineering*, posteriormente chamado apenas de *Social Service*. Ele publicou, em 1909, o livro *Social Engineering: a record of things done by American industrialists*, que deveria servir como uma espécie de manual para um tratamento científico aos problemas

do trabalho e da vida, dos quais os industrialistas se ocupavam cada vez mais. O foco de Tolman era, de fato, uma espécie de serviço social no sentido de melhorar as condições de vida e trabalho das pessoas naquele início de século XX.

Essa abordagem mais otimista sobre a engenharia social durou pouquíssimo tempo e, a partir de 1911, já se pensava nela "como uma metáfora geral para maquinaria aplicada a questões sociais" (FRANZINETTI, 2016, p. 24). No entanto, é a partir da Primeira Guerra Mundial que propostas e aplicações cada vez mais radicais sobre engenharia social passam a ser desenvolvidas. Franzinetti (2016) chama o período de 1917 a 1955 de "fase radical da engenharia social", pois coincide com a ascensão de regimes totalitários e governos autoritários em toda a Europa. Para ele "a guerra foi ela própria o motor da aceleração da engenharia social" (FRANZINETTI, 2016, p. 24), pois foi possível não apenas aplicar técnicas em larga escala, mas verificar os resultados.

Uma personagem quase desconhecida e das mais relevantes para o desenvolvimento das técnicas de engenharia social foi Edward Bernays, o "sobrinho de Sigmund Freud". Esse homem inventou a carreira de relações públicas, propaganda e *marketing*, bem como escreveu dezenas de obras dentre as quais: *Crystalizing Public Opinion*, de 1923; *Propaganda*, em 1928; *Psychological Blueprint for the Peace*, de 1944; e *The Engineering of Consent*, primeiro como artigo em 1947, depois como livro, em 1955. No seu currículo como relações públicas e propagandista estão governos, grandes corporações, indústrias, como a da carne e do tabaco, agências de inteligência, dentre outros. Algumas de suas campanhas mais bem sucedidas (das quais se tem conhecimento) incluem: *Torches of Freedom*, em que promoveu o tabagismo entre as mulheres como ato feminista; a campanha para a indústria da carne, que transformou o café da manhã dos estadunidenses ao promover bacon e ovos como a combinação mais saudável para iniciar o dia; o trabalho na *United Fruit Company*, uma empresa ligada ao golpe orquestrado pela CIA na Guatemala, em 1954. É possível ouvir algumas dessas histórias contadas pelo próprio Bernays em entrevistas facilmente acessáveis na internet (cf. INSIDE..., [194-]; EDWARD... 1986; O SÉCULO..., 2002).

Bernays (1947, p. 114) afirma que a frase-título de seu artigo de 1947, *The Engineering of Consent*, "significa simplesmente o uso de uma abordagem de engenharia – isto é, uma ação baseada no conhecimento da situação e na aplicação de princípios científicos e práticas já aplicadas para a tarefa de fazer com que as pessoas apoiem ideias e programas". Em sua visão, "a engenharia do consentimento é a própria essência do processo democrático, a liberdade de persuadir e sugerir" (BERNAYS, 1947, p. 114).

Outros escritores proeminentes do século XX que se envolveram no debate acerca do uso de técnicas de engenharia social foram Karl Popper e Friedrich Hayek. O tema aparece em, ao menos, dois trabalhos de Popper, *A pobreza do Historicismo* de 1944 e *A sociedade aberta e seus inimigos*, em 1945, nos quais ele usa as expressões "engenharia social" e "tecnologia social" para falar de reforma política e social. Ali ele cunha os termos "engenharia social fragmentada" e "engenharia social utópica". Sobre a distinção entre a engenharia social fragmentada e aquela utópica, ele diz que "a tarefa da engenharia social fragmentada é projetar instituições sociais e reconstruir e dirigir as já existentes", ao passo que "a engenharia social utópica [...] tem como objetivo remodelar integralmente a sociedade, de acordo com um plano definido ou um projeto" (POPPER, 1961, p. 66).

Em *A Sociedade Aberta e seus inimigos*, Popper (2013 [1945]) aperfeiçoa as definições e distinções entre os dois tipos de engenharia social e define a engenharia utópica como oriunda da insistência em determinar um estado ideal ou o objetivo político último, antes de tomar uma ação. A abordagem fragmentada se dirigiria a localizar e erradicar os maiores e mais urgentes males sociais, a reformar instituições. Popper tenta delimitar aqui as diferenças entre uma abordagem de tipo autoritário-totalitário e outra de tipo democrático-liberal. Para ele, não seria possível aos engenheiros atingir um estado ideal, sem o uso da violência para suprimir dissidentes.

Esta oposição entre democracia e autoritarismo/totalitarismo e liberalismo é o tema central não apenas dessa obra de Popper (2013), mas também será a partir dela que Hayek (1944; 1974) irá elaborar sua crítica à engenharia social, muito embora ele não use

esse termo especificamente. Em *O caminho da servidão*, de 1944, ele afirma que o planejamento centralizado no Estado através da implementação de técnicas de engenharia para controle social sempre acabará em totalitarismo. Nenhuma palavra é dita sobre o planejamento capitalista e uso de técnicas de engenharia social e controle para consumo, portanto, se estendêssemos o raciocínio de Hayek (1944), poderíamos afirmar um totalitarismo financeiro que se serve da engenharia social para manter a sociedade de consumo?

Esse tema parece permear diversas obras suas e está presente na divisão que ele faz dos tipos de conhecimento: será a partir dela que virá sua crítica ao que ele chama de pretensão do conhecimento – também o título de sua palestra na ocasião do recebimento do prêmio Nobel, em 1974. O ponto central desse seu discurso era o argumento contra a ideia dos intelectuais e atores políticos cuja arrogância os fazia acreditar ser possível saber o suficiente para planejar e regular as diversas atividades de uma sociedade complexa e em constante transformação. Segundo Hayek (1974, [s.p.]), "agir a partir da crença que possuímos o conhecimento e o poder que nos permite moldar os processos da sociedade inteiramente ao nosso gosto, um conhecimento que na verdade não possuímos, possivelmente nos levará a causar muito mal". Em seguida, ele defende o livre mercado como "um sistema de comunicação [...] que se mostrou como um mecanismo mais eficiente para digerir informações dispersas que qualquer outro que o homem tenha criado deliberadamente" (HAYEK, 1974, [s.p.]). As considerações de Hayek (1944; 1974) e Popper (1961; 2013 [1945]) incidem como crítica ao historicismo e a modelos que buscam alterar a sociedade como um todo, modificando o inteiro curso da humanidade. Elas visam uma abordagem que busque interferir no mundo social em pequena escala, de modo que se possam verificar mais facilmente os resultados da engenharia.

De um modo geral, a ideia de engenharia social parece se referir a ações que buscam dirigir o comportamento social. Segundo Franzinetti (2016, p. 23), "ela encapsula um vasto conjunto de questões, que vão da modernização à revolução, de ditaduras a utopias sociais. Ela também inclui uma ampla gama de ações, de

políticas de bem-estar social à limpeza étnica". Dessa forma, o elemento distintivo da engenharia social é ser um processo consciente e intencional.

Conforme surgia no horizonte a sociedade da informação, mais e mais dados sobre cada indivíduo singular passaram a ser armazenados. Esse foi um processo lento, começando com registros bancários, de transações financeiras e coleta de dados dos trabalhadores em escritórios computadorizados a partir dos anos 1970, como mostra Shoshanna Zuboff (1988; 2015). De acordo com Zubboff (2015), foi a partir dos anos 2000 que o processo que resultou no que hoje chamamos de *Big Data* se acelerou. A Web 2.0 nos trouxe o Google, o Facebook e as redes sociais em geral, assim como surgiram os *notebooks*, *tablets* e *smartphones*.

Passou a ser possível rastrear todas as pessoas, o tempo todo. Mais ainda, foi possível treinar algoritmos a partir da interação das pessoas, que aos poucos passaram a ficar viciadas nos estímulos de dopamina liberados pelas redes sociais,[9] ao mesmo tempo em que eram encarceradas pelos algoritmos em suas próprias bolhas. Atualmente estamos ainda mais avançados e dominados pela tecnologia: esses algoritmos aperfeiçoados, chamados de Inteligência Artificial e que são capazes de aprender sozinhos (*Machine Learning*), deram origem a outros produtos. Essa é a época da Internet das coisas – não só o telefone é *smart*, a geladeira, o despertador, a televisão e os automóveis também o são. Nesse contexto, a noção de engenharia social e seu emprego ganham dimensões completamente distintas daquelas do século passado, passando a ser vista como uma das habilidades mais importantes de um hacker. A pessoa vítima da engenharia social pode ser apenas um meio para obtenção de outros fins, que podem ser dados bancários, informações sigilosas industriais, segredos de Estado, etc. Para o propósito da abordagem deste trabalho, interessa-nos pensar a engenharia social de massas e os hackers capazes de executá-la. Sendo assim, nos deteremos em alguns casos contemporâneos.

9 Já existem diversos estudos sobre a relação entre o vício/ a adição aos *smartphones* e às mídias sociais e os estímulos deliberação de dopamina. Cf. Haynes (2018) e Parkin (2018).

4 Casos contemporâneos de engenharia social e uma definição de *hacking*

A empresa de mineração de dados e estratégias políticas Cambridge Analytica parece ter sido fundada com o propósito de coletar dados de usuários da internet. Em seu antigo site, agora desativado,[10] a empresa se apresentava dizendo utilizar dados para modificar o comportamento da audiência. Explorando uma brecha do Facebook, a empresa colheu dados de usuários do Facebook de forma massiva e os utilizou para criar perfis-alvo para suas campanhas. A empresa foi fundada em 2013 pelo controverso estrategista político Steve Bannon, proprietário de uma rede de notícias de extrema direita (que ele próprio classifica como *alt*-rigth), envolvido com a campanha presidencial de Donald Trump, em 2016, e criador de movimentos conservadores na Europa. Um pouco menos conhecida é a figura de Robert Mercer, bilionário da tecnologia, CEO do fundo de investimentos *Renaissance Technology* e um dos pioneiros dos estudos em inteligência artificial. Ele é o principal financiador do conservadorismo e principal responsável pelos investimentos da Cambridge Analytica ao canal de notícias Breitbart (DRIBLANDO..., 2017).

De acordo com os teóricos citados na seção anterior, a etapa mais importante no trabalho de um hacker é a coleta de informações – ou seja, quanto mais conhecimento se tem acerca de um alvo, maiores as chances de sucesso. Atualmente, há uma quantidade gigantesca de informações à distância de um clique – mesmo para um usuário comum. O caso da Cambridge Analytica (que nem mesmo é o único) deveria ser prova suficiente da capacidade dessa técnica. No entanto, podemos também lembrar as revelações de Snowden sobre a NSA e mais recentemente o conjunto de documentos denominado Vault-7 (Cofre-7) que foram liberados pelo Wikileaks, em 2017 (MACASKILL; DANCE, 2013; VAULT 7, 2017; GRIFFIN, 2017).

Esses documentos revelaram técnicas, instrumentos e mecanismos de espionagem e *cyberwarfare* desenvolvidos pela CIA, capazes de comprometer sistemas de carros, TVs inteligentes,

10 Antigamente o site da empresa Cambridge Analytica era <https://cambridgeanalytica.org/>.

smartphones e outros objetos, em uma escala global. De acordo com Assange (que está detido em condições desconhecidas e foi lançado ao esquecimento), a CIA teria perdido o controle não apenas de suas ferramentas, mas dos próprios hackers que a ela estão subordinados, tornando possível a venda dessas ferramentas e documentos nos mercados clandestinos.

Mais recentemente, em fevereiro de 2020, uma reportagem do jornal estadunidense *The Washington Post* revelou que a CIA usava uma empresa de criptografia de fachada para espionar os aliados e adversários dos EUA (MILLER, 2020). Sediada na Suíça, a AG Crypto ganhou impulso ao fechar contrato para construção de máquinas de codificação para as tropas dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Vendendo contratos até hoje, a empresa atende mais de 120 países e já teve como clientes países como o "Irã, juntas militares da América Latina, rivais pela energia nuclear como Índia e Paquistão, e até mesmo o Vaticano" (MILLER, 2020, [s.p.]). Realisticamente, é impossível mensurar o atual comprometimento da privacidade dos indivíduos e das comunicações institucionais.

Ao que tudo indica a guerra da informação utilizando redes *bots*[11] está apenas no começo. Se a disseminação de notícias falsas através de algoritmos de *marketing* nas redes sociais produziu os efeitos políticos que temos visto (ascensão do autoritarismo, polarização social, desmonte do Estado de Direito), o futuro se mostra ainda mais imprevisível com o aperfeiçoamento de técnicas como os DeepFakes, nas quais é possível editar vídeos e áudios através de softwares especializados. Com essa técnica é possível gravar um vídeo fazendo-se passar por qualquer figura pública, sem que seja possível ao público geral notar qualquer problema.

Portanto, *hacking* é a interferência em um dado objeto, estrutura ou sistema para obtenção de propósitos ou performances que não foram originalmente planejados nele. Assim, a noção de uma democracia hackeada faz referência à ideia de uma democracia

11 *Bot* é uma abreviação para *robot* (robô) e se refere a uma aplicação de software que simula a ação humana de modo automatizado, desempenhando tarefas pré-determinadas. Uma *Botnet* é uma rede desses robôs que funciona, muitas vezes, a partir de computadores infectados por malware com objetivo de tornar a máquina em questão um zumbi da rede.

cujos procedimentos e propósitos estão constantemente suscetíveis a interferências (tanto internas quanto externas). Contudo, quando confrontamos o passado, toda a história da humanidade parece feita de interferências, invasões e conquistas de um povo sobre o outro. Então, o que há de novo nessa situação e por que esse conceito aparece como necessário para melhor compreender e renovar a política contemporânea?

A novidade está no papel que as tecnologias – e especialmente aqueles que as desenvolvem – possuem em nossas vidas cotidianas. Não apenas a mentalidade hacker se instalou em muitas práticas e ações, mas também as suas técnicas se espalharam de uma pequena comunidade para todos os lugares, uma vez que nossas vidas se tornaram cada vez mais dependentes de apetrechos e os processos das nações se tornaram mais conectados e inteligentes. Além disso, a realidade do funcionamento dessas máquinas e, consequentemente, as implicações de seu uso indiscriminado estão cada vez mais distantes da compreensão do usuário comum.

Da definição de democracia hackeada, podemos extrair ao menos três perguntas. Primeiramente, quem nela interfere? Alguns agentes podem vir à mente facilmente, como governos estrangeiros e Estados-nação, agências de inteligência, cidadãos individualmente ou organizados em grupos; outros podem ser um pouco mais difíceis de perceber, como as corporações e os representantes do mercado financeiro. A segunda pergunta é: como ocorrem essas interferências? As técnicas são muitas: um passo importante para entendê-las é analisar o vocabulário dos hackers e programadores para ler os fatos e relações políticas, mas também rever o papel de práticas e teorias do *marketing* e da propaganda e o papel do jornalismo na sociedade e para a democracia. A última pergunta é: para qual finalidade? E isso dependerá de quais agentes estão envolvidos no *hacking*, qual o método utilizado, o vetor de exploração, quando o *hacking* é realizado, etc. Um governo estrangeiro pode interferir em um dado país, usando de técnicas de engenharia social, através das mídias sociais para garantir um certo resultado durante as eleições; uma corporação pode interferir em decisões legislativas, através de propinas ou chantagens... Os exemplos e combinações parecem intermináveis.

Se apenas aplicássemos o vocabulário hacker à política sem outras considerações, talvez não obtivéssemos os melhores resultados. Talvez seja necessário combinar essa análise com a história do pensamento político, para melhor identificar os problemas que são perenes e aos quais diversos autores tentaram responder ao longo do tempo. Isso não significa que aquelas velhas respostas podem resolver nossos problemas, mas elas podem ajudar a esclarecê-los, e o longo esforço na construção do conhecimento político que nos ajudou a chegar até esse ponto na história não deve ser lançado ao esquecimento. Assim, um objetivo secundário dessa pesquisa é colocar adiante a tradição ao combiná-la, expandi-la e renová-la com o novo vocabulário. Uma abordagem desse tipo pode ser benéfica tanto aos acadêmicos e pesquisadores, como aos hackers e ao público geral.

5 Eleições no Brasil

Quando Lula deixou o ofício em 2010, ele era o presidente mais popular da história do país e a nossa autoestima como país estava nas alturas (BONIN, 2010). Sua sucessora, Dilma Rousseff, não teve a mesma sorte e passou por momentos difíceis. Seu governo foi atingido pela crise das *commodities*, cujo valor atingiu seu nível mais baixo em 2012, após uma década de crescimentos que fizeram prosperar a América Latina (JUSTO, 2013). Enfrentou, além disso, os protestos de 2013 e os controversos megaeventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas – os quais geraram muitas manifestações e protestos. Após um gradual isolamento político, até mesmo dentro de seu próprio partido, ela terminou por sofrer o *impeachment* em 2016 – um processo que alguns consideram um golpe de Estado brando e parlamentar, enquanto outros o celebram como legítimo.

A nostalgia pela ditadura militar e o desejo de um novo regime do tipo crescia desde, ao menos, 2014 e ano passado esse desejo foi, de certa forma, realizado quando Bolsonaro foi eleito. O processo eleitoral e o ano de 2018 foram bastante atípicos, na medida em que Lula foi preso depois de ser condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo então juiz federal Sérgio Moro, que mais

tarde se tornaria o Ministro da Justiça de Bolsonaro. Mesmo preso, Lula não só era candidato, mas figurava como vencedor isolado em todas as pesquisas até que sua candidatura foi considerada ilegítima pelo TSE no primeiro dia de setembro. Apenas alguns dias depois, o então candidato Bolsonaro foi esfaqueado em um comício e todo o episódio deu origem a inúmeras teorias, algumas envolvendo a participação do Mossad e do governo de Israel uma operação para beneficiar o candidato (HOUS, 2018; LUNGARETTI, 2018). Pelo fato de uma tentativa de assassinato seja uma situação trágica, a situação fez com que Bolsonaro tivesse cobertura nas emissoras de TVs, jornais e na internet quase ininterruptamente e ainda o livrou dos debates que eram seu ponto mais fraco – como ficou evidente nos primeiros eventos a que ele compareceu. A aliança de Bolsonaro com o governo de Israel e com o controverso líder religioso Edir Macedo não ajudou a parar os rumores e as teorias a respeito do incidente. Até o momento, no entanto, nada disso pode ser provado.[12]

As eleições foram repletas de desinformação, contradições e o uso de *bots*, perfis falsos, algoritmos, inteligência artificial e outras técnicas do *marketing* contemporâneo. Mesmo antes de terminadas as eleições, o PT denunciou Bolsonaro por financiamento ilegal de campanha e desinformação. A acusação consistia no suposto financiamento da campanha de Bolsonaro no WhatsApp por empresários nacionais, como reportou o jornal Folha de São Paulo à época (cf. EMPRESAS..., 2019; TRUFFI, 2018). A relação de um dos filhos do presidente, Eduardo Bolsonaro, com Steve Bannon também ganhou atenção pública.

Muitos pareciam surpreendidos com o uso político do WhatsApp, ao ponto de a presidente do PT, a senadora Gleisi Hoffman, ter declarado que o partido subestimou o uso do aplicativo para fins políticos (TRUFFI, 2018). Tudo soa muito esquisito, especialmente porque apenas alguns meses antes, durante a greve nacional dos

12 A exploração que fazemos ao longo do texto acerca das teorias da conspiração cumpre um papel importante na análise do imaginário social e dos elementos da mídia que ajudam a formar (ou deformar, confundir) a opinião pública.

caminhoneiros, o aplicativo foi usado justamente tendo em vista fins políticos numa guerra de desinformação. A greve durou dez dias, porque circulava pela rede social que, se os caminhoneiros permanecessem paralisados por sete dias e seis horas (uma quantia de tempo estranhamente precisa), o Exército tomaria o poder e instalaria um governo militar (AS FAKE..., 2018). Isso torna de difícil aceitação a tese oferecida ao público pela mídia, segundo a qual a greve teria sido um evento aleatório, iniciado por caminhoneiros desorganizados.

A declaração da senadora Gleisi Hoffman inspira uma questão diversa: o problema com o WhatsApp é de ordem ética ou estratégica? A segunda hipótese parece ser mais acertada, já que uma investigação da BBC Brasil revelou que o próprio PT usou *bots*, perfis falsos e espalhou desinformação e difamação, nas campanhas de Dilma de 2010 e 2014, assim como também utilizou disparos em massa pelo WhatsApp, durante a campanha de Fernando Haddad, em 2018 (GRAGNANI, 2017; 2018a; ALMEIDA, 2018; PERFIS..., 2018; AMORIM, 2018). Uma recente (e polêmica) oitiva na CPMI das *Fake News* ouviu um ex-funcionário da empresa Yacows – especializada em conteúdo digital e focada em marketing pelo WhatsApp, chamado Hans River do Rio Nascimento (ODEVEZA, 2020). Segundo ele, todos os partidos na disputa presidencial contrataram os serviços da empresa. Alguns dias após seu depoimento, as especulações indicavam que a afirmação era uma mentira contada por Hans, que teria sido seduzido por uma repórter da Folha de São Paulo (EX-FUNCIONÁRIO..., 2020). A repórter, por sua vez, publicou material demonstrando que a relação com o ex-funcionário da Yacows era estritamente profissional e que o tratava apenas como fonte para a matéria jornalística. A relatora da CPMI, deputada Lídice da Mata (PSB – BA), sugeriu apresentar denúncia de falso testemunho contra Hans, no Ministério Público da Bahia (FARIAS, 2020).

O vetor de exploração da engenharia social para o caso brasileiro foi o WhatsApp, uma vez que o aplicativo de propriedade do Facebook tornou-se a principal fonte de informação para até 60% do eleitorado (RODRIGUES, 2018). A empresa abriu uma investigação do caso brasileiro e identificou uma grave vulnerabilidade que

possibilitou a exploração do aplicativo, segundo ela, pela empresa de *cyberwarfare* israelense NSO (FIELD; CHOWDHURY; SANCHEZ, 2019; LIMÓN, 2019; SABBAGH, 2019). Outra fraude identificada foi o uso do CPF de pessoas idosas e outros, na compra de números de telefonia utilizados para os disparos (cf. RODRIGUES; MELLO, 2018). O aplicativo se tornou o principal meio de informação, porque, apesar da cláusula de neutralidade da rede no Marco Civil da Internet, as companhias telefônicas brasileiras aplicam o *Zero Rating* -- ou seja, a navegação sem cobrança pelo uso de dados e serviços online para aplicativos (CEMABI et al., [s.d.]; GRAGNANI, 2018b; RIBEIRO, 2015; HIGA, 2017). O WhatsApp é um dos serviços que frequentemente é oferecido sem cobrança por algumas companhias de telefonia móvel. Isso significa que, mesmo que algumas pessoas desejem checar as notícias compartilhadas pelos seus contatos nessa rede, elas podem não possuir dados suficientes para pesquisar o assunto na internet. Esse fato sem dúvida contribui para o sucesso da técnica implementada que, como em muitos países, consistiu na divulgação do que vem sendo chamado de *Fake News*.

6 *Fake News*: mentiras, persuasão, engenharia social e opinião pública

A maior vulnerabilidade em nosso sistema é a formação da opinião pública, tanto porque nossa percepção do mundo estendido é frágil, como porque a legitimidade dos governos e do sistema como um todo reside na opinião pública. A ideia por trás da terminologia *clickbait* (literalmente, isca de cliques) das *Fake News* é a de informações falsas ou mentiras que são difundidas disfarçadas de notícias. O uso da mentira na política é recorrente e antigo, como lembram as reflexões de Hannah Arendt (1972) em "A mentira na Política" ou de Jacques Derrida (2002) em seus "Prolegômenos: uma história da mentira". Nesse texto, Derrida (2002) discute os desafios na determinação de algo como sendo ou não uma mentira, ao relembrar Santo Agostinho em *De Mendacio*, e afirma que:

> Pode-se estar equivocado, pode-se errar sem mentir; pode-se comunicar a outrem uma informação falsa sem mentir. Se eu acredito no

> que digo, mesmo que seja falso, mesmo que eu esteja errado, e se eu não estou tentando desviar alguém da verdade ao comunicar esse erro, então eu não estou mentindo. Não se mente somente por dizer o que é falso, contanto que se acredite de boa fé na verdade daquilo em que se acredita ou assenta na sua opinião. (...) Mentir é querer enganar o outro, algumas vezes até mesmo ao dizer a verdade. Pode-se falar falsamente sem mentir, mas também pode-se dizer o que é verdadeiro com o objetivo de enganar alguém, em outras palavras, enquanto mente. Mas não se pode mentir se acredita-se naquilo que diz, ainda que seja falso. Ao declarar que "a pessoa que profere uma falsidade não mente se acredita ou, ao menos, é da opinião que aquilo que diz é verdade", Santo Agostinho parece excluir o mentir a si mesmo, o "estar-errado" como "mentir a si mesmo". Aqui está uma questão que permanecerá conosco de agora em diante e que depois avaliaremos pelo seu sentido político propriamente: É possível mentir a si mesmo, e todo tipo de auto engano, todo ardil consigo próprio, merece ser chamado de mentira? (DERRIDA, 2002, p. 32).

A diferença entre os antigos modos de desinformar parece ser de que agora é possível ter mentiras específicas, pensadas para audiências específicas em nível pessoal, graças aos algoritmos que estamos constantemente alimentando em nosso uso diário da internet e das mídias sociais. A ideia segundo a qual se deve adaptar o discurso à sua audiência é bastante antiga e pode ser rastreada até os antigos mestres da retórica como Aristóteles, para quem "a retórica pode ser definida como a faculdade de observar em qualquer caso os meios de persuasão disponíveis" (ARISTOTLE, 2010, p. 27).[13] Cícero também escreveu muitas páginas sobre o assunto e estabeleceu definições dos cinco cânones da retórica (*inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio*),[14] que são muito

13 Cf. livro I, cap. II, §1.

14 Os cânones são descritos em *De Inventione* (cf. CÍCERO, 1945), mas outras obras de Cícero sobre o tema são *De Oratore*, *De Partitionibus Oratoriae* e *De Optimo Genere Oratorum*. Apesar dessa indicação, seus comentários e uso prático da retórica podem ser encontrados em quase toda sua vasta obra.

relevantes até os dias de hoje, especialmente em cursos de *marketing*, publicidade e propaganda. No mundo antigo dos gregos e romanos, a retórica era um tópico muito conhecido e debatido, e nem sempre visto na melhor perspectiva. Essa técnica ancestral continuou sendo desenvolvida ao longo da história e do tempo, especialmente com estudos psicológicos e técnicas de *marketing*, a partir do século XIX. Um ótimo exemplo é a carreira do já citado Edward Bernays.

Estudos recentes mostram que a maioria das pessoas não é capaz de distinguir um artigo de notícias de publicidade (CLARK, 2016; JONES, 2019; AMAZEEN; WOJDYNSKI, 2018; MCALPINE, 2019). Nas discussões, notícias, postagens e compartilhamentos das redes sociais, é cada vez mais difícil distinguir uma peça de *marketing* da propaganda política, *trollagem* de operações psicológicas, notícias falsas e verdadeiras. Parece uma missão impossível para os indivíduos que já possuem uma enorme carga de preocupações sobre os ombros.

Há uma tendência crescente em associar teorias da conspiração com loucura, engano, falsidade ou simplesmente burrice. A terra pode não ser plana, pode não haver uma URSAL com seu plano de dominação e sujeição dos povos sul-americanos e pode não haver uma elite luciferiana tentando impor uma "nova ordem mundial" de controle global. Isto não significa que o pensamento crítico não deva ser encorajado. Nesse sentido, associar a teoria da conspiração a algo pejorativo não resolve a crise de legitimidade que resultou no descrédito quase completo de todas as instituições do atual sistema – como dissemos no início desse trabalho. Do mesmo modo, não sana a curiosidade e a dúvida que as pessoas agora possuem em relação a esses temas que proliferam na internet.

No mundo político e econômico, as conspirações surgem o tempo todo e, vez ou outra, escapam para o público. Escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro, *lobby* e benefícios dos mais diversos, assim como a percepção de que alguns poderosos tramam por trás dos bastidores, já estão impressas nas mentes dos indivíduos – até dos menos atentos. Muitos dos temas que são embebidos em teorias da conspiração também aparecem no discurso político,

como é o caso da expressão "nova ordem mundial", que alude à ideia de um governo ou uma comunidade global que divide os mesmos valores e nos faz lembrar das ambições da Igreja Católica até às da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, à qual as nações-membros da ONU devem se submeter.

Podemos discutir ainda a noção de "sociedade aberta", primeiramente formulada por Henry Bergson (1935) e depois desenvolvida por Karl Popper (2013 [1945]),[15] seguido de muitos autores ao longo do século XX.[16] Essa ideia era tão influente que foi até mesmo institucionalizada por George Soros em sua *Open Society Foundations*, cujo propósito é desenvolver e financiar projetos ao redor do globo que facilitem o surgimento da sociedade aberta[17] – e cuja base de dados foi vazada, alguns anos atrás, após um *hacking* bem sucedido.

Muitas dessas teorias são desafiadoras para as relações sociais e políticas, propiciando o surgimento de heróis e profetas, desafiando o conhecimento científico e minando as estruturas da ordem. No entanto, advogar pelo banimento de conspirações da internet, crucificar os que colocam em dúvida as narrativas apresentadas e impor uma postura de quem sabe mais e melhor pode nos levar à censura ou a experiências piores. Alguns podem ver com bons olhos a via da censura, talvez acreditem que assim fazendo evitarão um mal maior, mas não seria arriscado dar aval para que apenas alguns poucos determinem o que é falso e o que é verdadeiro, o que é conspiração e o que é factual, na circulação de

15 Bergson (1935) discute a diferença entre a sociedade aberta e a fechada, mas seus argumentos miram a religião e a biologia, assim como sua preocupação é com a moralidade (como sugere o título) e não com a política especificamente. Com Popper (2013 [1945]), a ideia de sociedade aberta tornou-se interligada com a ideologia liberal democrata do começo do século XX e partia de uma crítica a filósofos como Platão, Hegel e Marx.

16 Uma interessante compilação de trabalhos sobre o tema foi organizada por Dante Germino e Klaus von Beyme (1974), tendo sido o resultado de um encontro que aconteceu na sede da Fundação Rockefeller, em Bellagio, na Itália, entre 28 de junho e 4 de julho de 1972. Naquela ocasião, 12 professores e *scholars* apresentaram suas visões sobre a sociedade aberta.

17 A visão de George Soros pode ser encontrada em muitos dos seus livros e também em muitas entrevistas, palestras e discursos, passíveis de serem encontrados no seu site, no site da *Open Society Foundation* e no canal da fundação no Youtube. Para saber mais, conferir: <https://www.youtube.com/channel/UCNVLNuQYXerwJLnAoaG30zQ> e <https://www.georgesoros.com/books/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

informações? Afinal, quem nunca desconfiou de uma história mal contada? Como assegurar que o conhecimento científico não seja destruído sem abrir mão da liberdade de pensamento?

Uma prova dessa ameaça é a recente decisão do FBI em tornar a Teoria da Conspiração uma ameaça terrorista, sob argumentos que deveriam deixar alerta a todos que se comprometem com valores democráticos. Segundo o órgão estadunidense, "teorias conspiratórias irão emergir, se espalhar e evoluir no mercado da informação moderno, ocasionalmente levando grupos e indivíduos extremistas a cometer atos criminosos ou violentos" (WINTER, 2019, [s.p.]). Além disso, essas teorias são uma ameaça, pois "desvendam conspirações reais ou acobertamentos envolvendo atividades ilegais, prejudiciais ou inconstitucionais por oficiais dos governos e lideranças políticas" (WINTER, 2019, [s.p.]).

Apenas há alguns anos, costumávamos confiar em meios de comunicação bem conhecidos e estabelecidos para nos mostrar as notícias do mundo. No entanto, essa mídia também é muito capaz de espalhar desinformação, como o recente escândalo no prestigioso periódico alemão *Der Spiegel* nos mostra. No final de 2018, um colaborador do periódico desconfiou de um prestigiado jornalista alemão, Claaus Relotious, após uma cobertura conjunta dos migrantes na fronteira entre México e EUA. A partir disso, descobriu-se que o jornalista havia inventado mais de 60 reportagens. Com respeito ao Brasil, temos o documentário "Muito Além do Cidadão Kane", que mostra uma investigação sobre o Grupo Globo e a influência da família Marinho na política brasileira. Nesse documentário, vemos um bom exemplo de como os conglomerados de comunicação podem distorcer fatos a favor de uma ou outra agenda. A exibição desse documentário chegou a ser impedida pelo MIS em São Paulo e as fitas teriam sido confiscadas pelo então governador, Luiz Antônio Fleury Filho (MDB – SP). Os direitos sobre o documentário foram disputados pela Rede Globo e pela Record de Edir Macedo. Até o surgimento da plataforma Youtube, era muito difícil ter acesso ao documentário na íntegra.

Se a estratégia de convencer e arrebatar pessoas é antiga, se a mentira na política é algo que sempre existiu e se as mídias tradicionais podem ser tão enganosas quanto as mídias sociais

emergentes, o que há de diferente? A diferença é o que analisamos anteriormente como *Big Data* – a velocidade e quantidade de acumulação de dados e a complexidade da coleta, em conjunto com as técnicas e as estratégias de dominação desenvolvidas a partir desse fenômeno. Não é apenas difícil reconhecer a verdade ou a mentira de uma notícia, é quase impossível manter a mente atenta diante do volume de informações e desinformações despejadas diariamente sobre as pessoas.

Essa situação de dúvida constante e desconfiança escancara aquela ruptura na legitimidade do sistema que ocorreu no início da década de 2010 e que foi sucedida por um esvaziamento de valores comuns. O clima atual parece ser de descrença nos próprios valores que antecediam e justificavam a ordem dita democrática. As questões parecem ser: queremos, de fato, uma democracia? Houve algum dia democracia, de fato? Como isso se pareceria e quem verificaria sua factualidade? É possível pensar em outros acordos políticos? Outros sistemas político-econômicos?

7 Democracia, legitimidade e resistência

A democracia pode ser entendida como um sistema, um modelo de governo (e, nesse sentido, carrega um sentido prático) e também um valor.[18] Como valor, a democracia corresponde ao ideal de autonomia coletiva, que em termos filosóficos significa que não é preciso obedecer a uma lei ou se sujeitar a um sistema que não esteja em concordância com a própria consciência, como apresentado por autores modernos como Kant (1991; 1997; 2011).[19] Essa noção de que é possível exercer a vontade coletiva sobre um

18 David Held (2006) é uma boa leitura para melhor entender as muitas representações e significados da democracia, bem como as muitas críticas que a ela foram feitas, ao longo da história.

19 A teoria kantiana da autonomia da vontade e sua relação com a liberdade são fundamentais para a sua epistemologia. Essa discussão pode ser vista em muitos de seus trabalhos, especialmente em *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de 1785, *Crítica da Razão Prática*, de 1788, e *Metafísica dos Costumes*, de 1797. A distinção entre os dois aspectos da liberdade definidos por Kant continua influente entre os pensadores liberais clássicos do século XX, como Isaiah Berlin e Karl Popper.

dado território havia aparecido antes, com Jean Bodin e o conceito de soberania, que auxiliou na transição do Estado Teocrático Medieval para o Estado Moderno, ou Jean-Jacques Rousseau e sua ideia de Vontade Geral. A pensar bem, esta ideia está contida na própria definição etimológica da palavra democracia: governo (*kratos)* do povo (*démos*) – implicando que, de algum modo, o povo é a sede última do poder. Será que esse valor está sendo hackeado, cortado e despedaçado em partes tão pequenas que se assemelham à poeira (talvez até mesmo uma poeira inteligente)?

Menos de uma década atrás, durante a onda de insurreições que viajou o mundo, parecíamos estar caminhando para uma direção completamente diferente. Aqueles dias de 15M, #OccupyWallStreet, Jornadas de Junho e muitas outras manifestações e protestos foram uma reivindicação pela autonomia e possibilidade dos povos legislarem sua própria vida coletiva. O enigma diante de nós agora é: o que fez com que déssemos uma guinada radical da demanda por uma democracia real e participativa para a legitimação de inúmeros tipos de governos autoritários, em plena ascensão ao redor do globo?

Em sua análise sobre a noção de Estado, o filósofo jurídico e político italiano Alessandro Passerin d'Entrèves (1967; 2009) assinala a distinção entre legalidade e legitimidade e a ligação dessas noções com aquelas de força, poder e autoridade. Para ele, a legitimidade está diretamente ligada à autoridade, pois, diversamente da força que pode ser imposta e do poder jurídico que pode criar leis arbitrárias aplicadas coativamente se necessário, ela tem de ser reconhecida como tal. Ou seja, é possível que o indivíduo esteja subordinado a um regime ditatorial e obedeça às suas regras por medo da pena e da imposição à força, mas disso não decorre necessariamente que também reconheça a autoridade ditatorial como legítima. Portanto, a atribuição de legitimidade e da autoridade depende exclusivamente do consentimento dos subordinados que as reconhecem ou não no sistema que lhes é imposto.

Esse é o ponto crucial para a investigação inicial que aqui apresentamos, pois é esse elo entre a opinião pública e a legitimação da autoridade que buscamos explorar. Em modelos políticos baseados na representação, como as democracias contemporâneas, a

opinião pública é a principal vulnerabilidade, pois dela depende a legitimidade do sistema como um todo. Embora o controle da opinião pública seja prática antiga e tenha se desenvolvido em diversos formatos, ao longo do tempo, o aparato de vigilância contemporânea possibilitou o refinamento das técnicas a níveis difíceis de imaginar, prever e calcular. A noção de "democracia hackeada" como interferência faz sentido, não só porque sua manifestação se dá no contexto da revolução informacional facilitada pelos apetrechos inteligentes, mas também porque indica o surgimento de novos agentes políticos.

Na democracia hackeada, é possível aos governos reivindicarem legitimidade? Inicialmente, podemos dizer que sim, pois há algum tipo de consentimento coletivo, ainda que através do *hacking* e da engenharia social. São muitas ainda as dificuldades envolvidas, como determinar se o consentimento foi obtido como fruto de manipulação ou engenharia. É preciso espaço para discutir as questões relativas ao tema e, por isso, admitir o *hacking* como elemento constitutivo da política pode ser nosso ponto de Arquimedes. É legítimo resistir? Enquanto os povos forem os detentores últimos do poder, nas cartas constitucionais que são a fundação de tantas nações, a resposta deveria ser sim. Infelizmente, compromissos firmados em papel nem sempre se cumprem.

A palavra *hack* em inglês comporta os diferentes significados de cortar, esculpir, golpear, retalhar, então há espaço para pensar que, embora golpeados e retalhados, haverá possibilidade também de criar novos caminhos, esculpir novos modelos e hackear sistemas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Vítima de fake news, PT "experimenta veneno que espalhou", dizem adversários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 out. 2018. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/vitima-de-fake-news-pt-experimenta-veneno-que-espalhou-dizem-adversarios-1-23164798>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ALPHABET. **Canaltech**, [online], [s.d.]. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/alphabet-inc/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

AMAZEEN, M. A.; WOJDYNSKI, B. W. Reducing Native Advertising Deception: Revisiting the Antecedents and Consequences of Persuasion Knowledge in Digital News Contexts. **Mass Communication and Society**, Pennsylvania, v. 22, n. 2, p. 222 – 247, 2019.

AMORIM, F. Fuz compara propaganda de Dilma contra Marina em 2014 a fake news. **Uol**, [online], 13 ago. 2018. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/13/fux-compara-propaganda-de-dilma-em-2014-a-fake-news.htm>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ARANHA, D. F. *et al*. **Vulnerabilidades no software da urna eletrônica brasileira**. Brasília: EdUnB, 2013.

ARENDT, H. **Crisis of the Republic**: Lying in Politics, Civil Disobedience on Violence, Thoughts on Politics, and Revolution. New York: Harvest Book, 1972.

ARISTOTLE. **Rhetoric**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

AS FAKE News sobre a greve dos caminhoneiros. **Isto É**, São Paulo, 28 mai. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/as-fake-news-sobre-a-greve-dos-caminhoneiros/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BERGSON, H. **The Two Sources of Morality and Religion**. Londres: Macmillan & Co, 1935.

BERNAYS, E. The Engineering of Consent. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Pensilvânia, v. 250, n. 1, p. 113 – 120, 1947.

BONIN, R. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. **G1**, [online], 16 dez. 2010. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BREXIT: entenda o que é e conheça as etapas para a saída do Reino Unido da União Europeia. **G1**, [online], 13 dez. 2019. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/13/brexit-entenda-o-que-e-e-conheca-as-etapas-para-a-saida-do-reino-unido-da-uniao-europeia.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRODKIN, J. Google workers listen to your "Ok Google" queries – one of them leaked recordings. **Ars Technica**, [online], 07 nov. 2019. Disponível em: <https://arstechnica.com/information-technology/2019/07/google-defends-listening-to-ok-google-queries-after-voice-recordings-leak/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CATALUNHA deve iniciar processo de independência nesta terça-feira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out. 2017. Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/catalunha-deve-iniciar-processo-de-independencia-nesta-terca-feira-21929904>. Acesso em:: 11 fev. 2020.

CEMABI – Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé *et al*. Neutralidade na rede no marco civil da internet. **CGI**, [online], [s.d.]. Disponível em: <https://marcocivil.cgi.br/contribution/neutralidade-da-rede-no-marco-civil-da-internet/139>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CICERO. **De Inventione, De Optimo Genere Oratorum, Topica**. Londres: Heinemann, 1945.

CLARK, B. Study: 80 percent of students can't tell the difference between na ad and a new story. **The Next Web**, [online], 22 nov. 2016. Disponível em: <https://thenextweb.com/media/2016/11/23/study-80-percent-of-students-cant-tell-the-difference-between-an-ad-and-a-news-story/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

COLLATERAL Muder. Direção: Julian Assange. EUA, 2010 (39 min), son., color. Youtube. Disponível em: <https://collateralmurder.wikileaks.org/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CONHEÇA a empresa responsável pelas urnas eletrônicas. **Isto é dinheiro**, Rio de Janeiro, 26 out. 2014. Economia. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20141026/conheca-empresa-responsavel-pelas-urnas-eletronicas/202804>. Acesso em: 11 fev. 2020.

D'ENTRÈVES, A. P. The Notion of State. Londres: Oxford University Press, 1967.

_____. Filosofia Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; Pasquino, G. (orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: EdUnB, 2009.

DERRIDA, J. The History of the Lie. In: _____. **Without Alibi**. California: Stanford University Press, 2002.

DRIBLANDO a democracia: como Trump venceu. Direção: Thomas Huchon. França, 2018 (52 min), son., color. Vimeo. Disponível em: <https://vimeo.com/295576715>. Acesso em: 11 fev. 2020.

EDWARD Bernays Interview. Produção: Ball State University Libraries. Munce, EUA, 1986 (34 min 21 s), son., color. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fgbxn_Pbxj8>. Acesso em: 11 fev. 2020.

EMPRESAS contrataram disparos pró-Bolsonaro no WhatsApp, diz espanhol. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2019. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-

contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml. Acesso em: 11 fev. 2020.

EX-FUNCIONÁRIO de empresa de disparo em massa mente a CPI e insulta repórter da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 2020. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/ex-funcionario-de-empresa-de-disparo-em-massa-mente-a-cpi-e-insulta-reporter-da-folha.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FARIAS, V. Hans River é denunciado por falso testemunho na CPI das Fake News. **Congresso em foco**, [online], 12 fev. 2020. Legislativo. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/cpi-discute-denunciar-hans-river-por-falso-testemunho/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FAUS, J. Libertada Chelsea Manning, soldado que revelou segredos do Wikileaks. **El País**, [online], 17 mai. 2017. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/17/internacional/1494976665_612495.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FIELD, M.; CHOWDHURY, H.; SANCHEZ, R. Israel's NSO: The shadowy firm behind the "chilling" spyware used to hack WhatsApp and cloud services. **The Telegraph**, Londres, 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/technology/2019/05/14/israels-nso-shadowy-firm-behind-chilling-spyware-used-hack-whatsapp/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FRANZINETTI, G. La crisi rivoluzionaria Albanese del 1991–92. In: D'ALESSANDRI, A.; PITASSIO, A. (eds.). **Dopo la pioggia**: gli stati della ex Jugoslavia e l'Albania (1991– 2011). Lecce: Argo, 2011. p. 119 – 134.

_____. Sociopolitical engineering. In: CORNER, P.; LIM, J. H. (eds.). **The Palgrave Handbook of Mass Dictatorship**. Londres: Macmilliam Publishers, 2016. p. 09 – 21.

GERMINO, D.; VON BEYME, K. (orgs.). **The Open Society in Theory and Practice**. Hague: Martinus Nihjoff, 1974.

GOOGLE admite ouvir gravações captadas por assistente virtual. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 2019. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/google-admite-ouvir-gravacoes-captadas-por-assistente-virtual-23802302>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GORE'S PROBLEM with politicians. **BBC News**, [online], 03 fev. 2013. Politics. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-politics-21312688/gore-s-problem-with-politicians>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GRAGNANI, J. Exclusivo: investigação revela exército de perfis falsos usados para influenciar eleições no Brasil. **BBC News**, [online], 8 dez. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. Exclusivo: investigação revela como blog defendia Dilma com rede de fakes em 2010. **BBC News**, [online], 9 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43118825>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. Como planos de celular com Facebook e WhatsApp ilimitados podem potencializar propagação de notícias falsas. **BBC News**, [online], 16 abr. 2018b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43715049>. Acesso em: 11 fev. 2020.

GRIFFIN, A. Wikileaks publishes massive trove of CIA spying files in "Vault 7" release. **Independent**, [online], 7 mar. 2017. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/news/wikileaks-cia-vault-7-julian-assange-year-zero-documents-download-spying-secrets-a7616031.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HACKING Democracy. Direção: Simon Ardizzone e Russel Miachels. Produção: Robert Carrillo. HBO, EUA, 2006 (1 h 22 min), son., color. Amazon Instant Video. Disponível em: <http://www.hackingdemocracy.com/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HARTMANS, A.; MEISENZAHL, M. All companies and divisions under Google's parent company, Alphabet, which just made yet another shake-up to its structure. **Business Insider**, [online], 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/alphabet-google-company-list-2017-4>. Acesso em: 12 fev. 2020.

HAYEK, F. **The road to Serfdom**. Londres: Routledge & Sons, 1944.

_____. The Pretence of Knowledge: Lecture to the Memory of Alfred Nobel. **The Nobel Prize**, [online], 11 dez. 1974. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/lecture/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HAYNES, T. Dopamine, smartphones & you: a battle for your time. **Science In The News**, [online], 1 mai. 2018. Disponível em: <http://sitn.hms.harvard.edu/flash/2018/dopamine-smartphones-battle-time/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HELD, D. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

HIGA, P. Cade diz que WhatsApp sem descontar franquia não viola neutralidade de rede. **Tecnoblog**, [online], 1 set. 2017. Disponível em: <https://tecnoblog.net/222653/zero-rating-whatsapp-gratis-neutralidade-rede-cade/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HOUS, D. S. Boatos e teorias da conspiração sobre atentado a Bolsonaro se espalham. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 set. 2018. Poder. Disponível

em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/boatos-e-teorias-da-conspiracao-sobre-atentado-a-bolsonaro-se-espalham.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2020.

INSIDE Middle America. Produção: United Fruit Company. EUA, [194-] (21 min 09 s), son., color. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fPMoMLeJ9nA>. Acesso em: 11 fev. 2020.

JONES, M. Two-thirds of people don't know difference between Google paid and organic search results. **Marketing Tech**, [online], 06 set. 2018. Disponível em: <https://www.marketingtechnews.net/news/2018/sep/06/two-thirds-people-dont-know-difference-between-google-paid-and-organic-search-results/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

JUSTO, M. Queda das commodities sugere fim de ciclo de crescimento na América Latina. **BBC News**, [online], 20 mai. 2013. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb>. Acesso em: 11 fev. 2020.

KANT, I. **The Groundworks of the Metaphysics of Morals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. **Critique of Practical Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Metaphysics of Morals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LIMA, L. Google admite que funcionário vazou gravações de áudio de Assistente. **Tecnoblog**, [online], 12 jul. 2019. Disponível em: <https://tecnoblog.net/298560/google-assistente-humano-vazou-gravacoes-audio/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

LIMÓN, R. WhatsApp detecta falha que permitiu a hackers acesso aos dados os telefones. **El País**, [online], 14 mai. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/tecnologia/1557812656_337954.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

LUNGARETTI, C. Documentário-bomba sobre a facada em Bolsonaro evidencia que se tratou de ação grupal, jamais individual! **GGN**, [online], 31 dez. 2018. Notícia. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/documentario-bomba-sobre-a-facada-em-bolsonaro-evidencia-que-se-tratou-de-acao-grupal-jamais-individual/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MACASKILL, E.; DANCE, G. NSA Files Decoded: What the Revelations Mean For You. **The Guardian**, Londres, 1 nov. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/interactive/2013/nov/01/snowden-nsa-files-surveillance-revelations-decoded#section/1>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MCALPINE, K. T. In the Fake News Era, Native Ads Are Muddying the Waters. **The Brink**, [online], 18 mar. 2019. Disponível em: <http://www.bu.edu/articles/2019/native-ads-in-the-fake-news-era/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MILLER, G. "The intelligence coup of the century". **The Washington Post**, Washington, D.C., 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/world/national-security/cia-crypto-encryption-machines-espionage/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MOORE, M. **Democracy Hacked**: How Technology is Destabilising Global Politics. Londres: OneWorld Publications, 2018a.

_____. **Democracy Hacked**: Political Turmoil and Information Warfare in the Digital Age. Londres: OneWorld Publications, 2018b.

ODEVEZA, J. Hans River diz que PT era forte cliente de empresa investigada por crimes digitais nas eleições de 2018. **Rádio Senado**, [online], 11 fev. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/hans-river-diz-que-pt-era-forte-cliente-de-empresa-investigada-por-crimes-digitais-nas-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 11 fev. 2020.

O SÉCULO do ego: a máquina da felicidade. Direção: Adam Curtis. Produção: BBC. EUA, 2002 (3h 54 min 43 s), son., color. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cc6JLtdHmok>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ÖSTLUND, D. A knower and friend of human beings, not machines: The business career of the terminology of social engineering 1894–1910. **Ideas in History**, Aalborg, Dinamarca, v. 2, n. 1, p. 43 - 82, 2007.

PARKIN, S. Has dopamine got us hooked on tech?. **The Guardian**, Londres, 4 mar. 2018. News. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/mar/04/has-dopamine-got-us-hooked-on-tech-facebook-apps-addiction>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PERFIS falsos fizeram parte da campanha de Dilma, em 2010. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 mar. 2018. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/perfis-falsos-fizeram-parte-da-campanha-de-dilma-em-2010-22475797>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PESQUISA Ibope mostra que 62% preferem novas eleições presidenciais. **G1**, [online], 25 abr. 2016. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/pesquisa-ibope-mostra-que-62-preferem-novas-eleicoes-presidenciais.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

POPPER, K. **The Open Society and its Enemies**. New Jersey: Princeton University Press, 2013 [1945].

_____. **The Poverty of Historicism**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1961.

QUEM é a troika por trás do resgate da Grécia? **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 jul. 2015. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/quem-a-troika-por-tras-do-resgate-da-grecia-16622065>. Acesso em: 11 fev. 2020.

RIBEIRO, G. O que é Zero Rating? Entenda polêmica que envolve Facebook e operadoras. **Techtudo**, [online], 25 jun. 2015. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/05/o-que-e-zero-rating-entenda-polemica-que-envolve-facebook-e-operadoras.html. Acesso em: 11 fev. 2020.

RINCÓN, R. Em clima turbulento, Espanha começa a julgar líderes de separatismo catalão. **El País**, [online], 12 fev. 2019. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/11/internacional/1549917341_157574.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

RODRIGUES, J. Datafolha: maioria dos eleitores se informa pelo WhatsApp. **Metro 1**, [online], 03 out. 2018. Notícias. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/brasil/62032,datafolha-maioria-dos-eleitores-se-informa-pelo-whatsapp>. Acesso em: 11 fev. 2020.

RODRIGUES, A; MELLO, P. C. Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2018. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SABBAGH, D. Israeli firm linked to WhatsApp spyware attack faces lawsuit. **The Guardian**, Londres, 18 mai. 2019. News. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/may/18/israeli-firm-nso-group-linked-to-whatsapp-spyware-attack-faces-lawsuit>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SAMSUNG adverte: cuidado com o que você diz em frente à sua TV inteligente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 fev. 2015. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/samsung-adverte-cuidado-com-que-voce-diz-em-frente-sua-tv-inteligente-15286181>. Acesso em: 11 fev. 2020.

TRUFFI, R. PT subestimou poder do WhatsApp na campanha, admite Gleisi Hoffman. **Estadão**, Brasília, 17 out. 2018. Eleições. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pt-subestimou-poder-do-whatsapp-na-campanha-admite-gleisi-hoffmann,70002551755>. Acesso em: 11 fev. 2020.

VAN DE GRAAF, J. **O mito da urna**: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica. [s.l.]: [s.n.], 2017. Disponível em: <www.o-mito-da-urna.org>. Acesso em: 05 mar. 2020.

VAULT 7: CIA hacking tools revealed. **WikiLeaks**, [online], 7 mar. 2017. Disponível em: <https://wikileaks.org/ciav7p1/?>. Acesso em: 11 fev. 2020.

VENTURINI, L. A popularidade de Dilma no impeachment e a de Temer na denúncia criminal. **Nexo Jornal**, [online], 28 jul. 2017. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/28/A-popularidade-de-Dilma-no-impeachment-e-a-de-Temer-na-den%C3%BAncia-criminal>. Acesso em: 11 fev. 2020.

WEAVER, M. Al Gore: US democracy has been hacked. **The Guardian**, Londres, 03 fev. 2013. News. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/feb/03/al-gore-us-democracy-hacked>. Acesso em: 11 fev. 2020.

WINTER, J. Exclusive: FBI document warns conspiracy theories are a new domestic terrorism threat. **Yahoo News**, [online], 1 ago. 2019. Disponível em: <https://news.yahoo.com/fbi-documents-conspiracy-theories-terrorism-160000507.html?guccounter=1>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ZUBOFF, S. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. **Journal of Information Technology**, Londres, n. 30, p. 75 – 89, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2594754>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. **In The Age of The Smart Machine**. New York: Basic Books Inc., 1988.